

Organizadores
Jorge Munhós
Ronaldo Pinheiro de Queiroz

LEI

ANTICORRUPÇÃO

e Temas de Compliance

2ª edição
revista, ampliada e atualizada

2017

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



Total





Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050
- E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação: Ideia Impressa (fideiainpressadesign@gmail.com)

Capa: Ana Caquetti

S525I Souza, Jorge Munhós de.
Lei anticorrupção e temas de compliance / Organizadores Jorge Munhós de Souza e
Ronaldo Pinheiro de Queiroz – 2. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: Editora JusPodivm, 2016.
704 p.

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-1282-0.

1. Legislação. 2. Anticorrupção. 3. Temas de compliance. I. Souza, Jorge Munhós de. II.
Queiroz, Ronaldo Pinheiro de. III. Título.

CDD 341.55172

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

1082185

SUMÁRIO

1. UMA NOVA HIPÓTESE DE RESPONSABILIDADE OBJETIVA NA ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA? O ESTADO COMO VÍTIMA DE ATOS LESIVOS	
<i>Felipe P. Braga Netto</i>	21
2. COMENTÁRIOS AOS ARTIGOS 1º AO 4º DA LEI ANTICORRUPÇÃO	
<i>André Pimentel Filho</i>	47
3. ATOS DE CORRUPÇÃO RELACIONADOS COM LICITAÇÕES E CONTRATOS	
<i>Jefferson Aparecido Dias & Pedro Antonio de Oliveira Machado</i>	71
4. DILEMAS E BOAS PRÁTICAS DO MODELO MULTIJURISDICIONAL NO COMBATE A ILÍCITOS TRANSFRONTEIRIÇOS: ALGUMAS PAUTAS PARA A APLICAÇÃO DA LEI N. 12.846/13	
<i>Renata Ribeiro Baptista</i>	103
5. A LEI ANTICORRUPÇÃO E A ANÁLISE DOS ATOS LESIVOS NO ÂMBITO DAS PARCERIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COM O TERCEIRO SETOR	
<i>Horácio Augusto Mendes de Sousa</i>	121
6. ATOS LESIVOS CAUSADOS NA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE OBRAS PÚBLICAS	
<i>André Pachioni Baeta</i>	149
7. RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA NA LEI ANTICORRUPÇÃO	
<i>Jorge Munhós de Souza</i>	187
8. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO	
<i>Kleber Martins de Araújo</i>	243

LEI ANTICORRUPÇÃO E TEMAS DE COMPLIANCE

9. DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DA PROIBIDADE EMPRESARIAL PELOS ESTADOS E A EXPERIÊNCIA DA SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA DO ESPÍRITO SANTO	
<i>Marcelo Martins Altoé</i>	301
10. OS ACORDOS DE LENIÊNCIA NA LEI DE COMBATE À CORRUPÇÃO	
<i>Carolina Barros Fidalgo & Rafaela Coutinho Canetti</i>	337
11. OS (INDISPENSÁVEIS) INSTRUMENTOS CONSENSUAIS NO CONTROLE DE CONDUTAS DO DIREITO ANTITRUSTE BRASILEIRO – A EXPERIÊNCIA DO CADE COM O TERMO DE COMPROMISSO DE CESSAÇÃO E O ACORDO DE LENIÊNCIA	
<i>Fernando Antônio de Alencar Alves de Oliveira Júnior</i>	375
12. O CONTROLE EXTERNO DA LEI ANTICORRUPÇÃO	
<i>Rafael Jardim Cavalcante</i>	407
13. THE RISE OF CORPORATE PROSECUTIONS IN AMERICA	
<i>Brandon L. Garrett</i>	443
14. PROGRAMAS DE COMPLIANCE E ANTICORRUPÇÃO: IMPORTÂNCIA E ELEMENTOS ESSENCIAIS	
<i>Wagner Giovanini</i>	457
15. COMPLIANCE ANTICORRUPÇÃO: COMO IMPLEMENTAR UM PROGRAMA	
<i>Edmo Colnaghi Neves</i>	475
16. COMO AVALIAR A EFETIVIDADE DE UM PROGRAMA DE COMPLIANCE	
<i>Alessandra Gonsales & Karine Dias Esler</i>	493
17. O PAPEL DO SETOR PRIVADO NA PROMOÇÃO DA INTEGRIDADE NOS NEGÓCIOS	
<i>Marcelo Zenkner</i>	509
18. BOAS PRÁTICAS DO SETOR PRIVADO NA PROMOÇÃO DE UM MERCADO MAIS ÍNTEGRO E ÉTICO	
<i>Paulo Wanick</i>	539

SUMÁRIO

19. RESPONSABILIZAÇÃO JUDICIAL DA PESSOA JURÍDICA NA LEI ANTICORRUPÇÃO	
<i>Ronaldo Pinheiro de Queiroz</i>	573
20. DAS CONVENÇÕES PROCESSUAIS NA LEI ANTICORRUPÇÃO: PELA ADMISSIBILIDADE DOS NEGÓCIOS PROCESSUAIS DE LENIÊNCIA	
<i>João Paulo Lordelo Guimarães Tavares</i>	627
21. O PAPEL DO JUIZ NA EFETIVAÇÃO DO COMBATE À CORRUPÇÃO. A PREVISIBILIDADE DE JULGAMENTO COMO MAIOR VIRTUDE DO COMBATE À CORRUPÇÃO	
<i>Américo Bedê</i>	655
22. O FUNCIONAMENTO DO CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS PUNIDAS (CNEP) E DO CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS (CEIS)	
<i>Flávio Rezende Dematté</i>	665
23. DISPOSIÇÕES FINAIS DA LEI ANTICORRUPÇÃO: PRESCRIÇÃO, CADASTROS, RESPONSABILIZAÇÃO DE AUTORIDADES OMISSAS E OUTRAS QUESTÕES RELEVANTES	
<i>Bruno Calabrich</i>	679